



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**AS RELAÇÕES ENTRE CABOCLOS, COLONIZADORES E A
HISTÓRIA AMBIENTAL DO OESTE CATARINENSE (1960-2018)**

Olda Gobbi Dos Santos Bianchetto

CHAPECÓ

2018

OLDA GOBBI DOS SANTOS BIANCHETTO¹

**AS RELAÇÕES ENTRE CABOCLOS, COLONIZADORES E A HISTÓRIA AMBIENTAL
DO OESTE CATARINENSE (1960-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção de aprovação na disciplina
Seminário de Trabalho de Conclusão de
Curso II do curso de História da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Dr. Claiton Marcio da Silva

CHAPECÓ

2018

¹ Acadêmica da 9ª Fase do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Olda Gobbi dos Santos Bianchetto
Relações entre caboclos, colonizadores e a História
Ambiental do Oeste Catarinense (1960-2018) / Olda Gobbi
dos Santos Bianchetto . -- 2018.
32 f.

Orientador: Doutor Claiton Márcio da Silva .
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2018.

1. História Cabocla. 2. Relações com a natureza . 3.
Colonização do Oeste Catarinense . I. , Claiton Márcio
da Silva, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

OLDA GOBBI DOS SANTOS BIANCHETTO

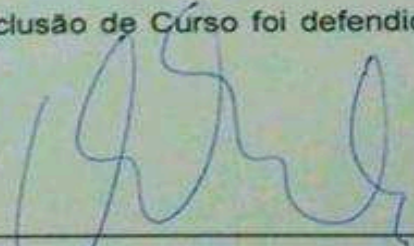
AS RELAÇÕES ENTRE CABOCLOS, COLONIZADORES E A
HISTÓRIA AMBIENTAL DO OESTE CATARINENSE (1960-2018)

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado como requisito para
obtenção do grau de Licenciada em História da Universidade federal da
Fronteira Sul.

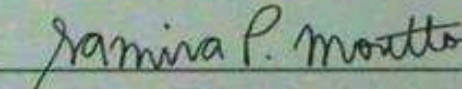
Orientador: Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca
em 14/12/2018.


Banca examinadora:



Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva



Prof. Dra. Samira Peruchi Morreto



Prof. Dr. Marlon Brandt

Dedico este trabalho à minha tia Ana Rancatti e minha mãe Valentina Gobbi, pelo incentivo, apoio e suporte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer dessa jornada. Primeiramente a Deus que me fortaleceu e sustentou durante o tempo; a quem devo minha vida. A minha família, pelo apoio, principalmente de meu marido pela contribuição nesse trabalho. Agradeço ao meu orientador Post. Doc. Claiton Marcio da Silva, pelas orientações e empenho na elaboração desse trabalho. Também agradecer aos demais professores que colaboraram, desde a delimitação do tema até conclusão. Agradeço também aos colegas pelo companheirismo e auxílio nesta caminhada.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo, destacar as relações dos caboclos e imigrantes com o meio ambiente do Oeste Catarinense, e fundamentou-se em um debate bibliográfico e uma análise audiovisual, a partir 1960 até o presente momento. Além disso, o estudo buscou contribuir na compreensão do processo de colonização, como também focou na importância da população cabocla e imigrante na formação da sociedade. Pode-se notar, as diferenças entre esses dois grupos: o caboclo sendo criticado e expropriado de suas terras, devido seu modo de vida e costumes. Já o imigrante, visto como moderno, com visão de progresso e lucratividade por meio de todas as atividades. Porém, com a chegada da modernização econômica, muitas transformações ocorreram nas paisagens. Algumas causaram impactos ambientais irremediáveis, acarretando sérios problemas de poluição nos córregos e rios. Atualmente, existem duas versões que expressam os sentimentos desses grupos: de um lado, o caboclo, demonstrando tristeza por suas perdas e mudança de hábitos; de outro, o imigrante colonizador, sentindo-se satisfeito por suas conquistas e metas alcançadas.

Palavras Chave: Oeste Catarinense, Caboclos, Imigrantes, Meio Ambiente, História Ambiental.

RESÚMEN

La investigación tiene como objetivo, destacar las relaciones de los caboclos e inmigrantes con el medio ambiente del Oeste Catarinense, y se fundamentó en un debate bibliográfico y un análisis audiovisual, desde 1960 hasta el presente momento. Además, el estudio buscó contribuir en la comprensión del proceso de colonización, como también enfocó en la importancia de la población cabocla e inmigrante en la formación de la sociedad. Se puede notar, las diferencias entre estos dos grupos: el caboclo siendo criticado y expropiado de sus tierras, debido a su modo de vida y costumbres. El inmigrante, visto como moderno, con visión de progreso y rentabilidad por medio de todas las actividades. Sin embargo, con la llegada del modernismo económico, muchas transformaciones ocurrieron en los paisajes. Algunas causaron impactos ambientales irremediables, acarreando serios problemas de contaminación en los arroyos y ríos. Actualmente, existen dos versiones que expresan los sentimientos de estos grupos: por un lado, el caboclo, demostrando tristeza por sus pérdidas y cambio de hábitos; de otro, el inmigrante colonizador, sintiéndose satisfecho por sus logros y metas alcanzadas.

Palabras Clave: Oeste Catarinense, Caboclos, Inmigrantes, Medio Ambiente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CONCEITO CABOCLO E SUA CULTURA NO OESTE CATARINENSE	11
1.1 “Caboclo”: revisão de uma categoria	11
1.2 Intervenção colonizadora e expropriação de terras	13
1.3 Cultura Cabocla: Religiosidade e Costumes	17
2. VIDA AMBIENTAL DE CABOCLOS E IMIGRANTES.....	21
2.1 Atividades desenvolvidas pelos caboclos no Meio Ambiente	21
2.2 Visão Imigrante e a Ideia de Progresso	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo ressaltar as relações dos grupos caboclos com o meio ambiente, em comparação com os povos imigrantes. A análise se dará desde o processo de expropriação, decorrente do violento processo de colonização da extensa zona da “Fronteira Sul” até os dias atuais, período estendido desde 1960 a 2018.

O processo de colonização do Oeste de Santa Catarina possui uma longa trajetória. É impossível falar desse método sem lembrar da presença dos indígenas e seus descendentes. No entanto, pretende-se discorrer sobre as relações das populações caboclas com a natureza no Oeste Catarinense a partir dos anos de 1960, bem como algumas mudanças na paisagem desde a instalação de imigrantes colonizadores. Os caboclos eram vistos como desleixados e preguiçosos. Segundo o documentário “Manifesto Caboclo”, “um obstáculo” ao modelo de desenvolvimento econômico proposto pelas populações imigrantes. Tal grupo social é revisto em sua trajetória histórica, especialmente, à luz de novas abordagens, como a história ambiental.

De modo geral, a representação do grupo caboclo ainda é parte do debate da sociedade atual, que busca rever suas identidades e a representatividade social e política, “cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo, essa é a fase mais esquecida e menos estudada por todos” (POLI 1987, p. 74). Nesse debate surgem vozes dissonantes: de um lado a produção acadêmica que busca explicar as raízes do esquecimento de como a construção histórica local operou sistematicamente na invisibilização dos caboclos. De outro lado, o senso comum que ainda reforça leituras preconceituosas e profundamente racializadas sobre a história local.

As relações do homem com a natureza têm sido estudadas pela História Ambiental no decorrer de muito tempo. Isso porque a história ambiental é o caminho fundamental para conhecer a sobrevivência do caboclo como também dos colonizadores. Sempre levando em consideração o processo de utilização do solo que é compartilhado de geração em geração, suas diferentes técnicas de cultivo e o desenvolvimento de melhorias na relação do homem com o meio ambiente. Cabe destacar ainda, as atividades exercidas pelos caboclos relacionando-os com o meio ambiente nas florestas de erva, a extração de madeira, fazendas de gado e principalmente, o plantio para subsistência.

Para tanto, servirão de base fontes diversas como o material bibliográfico já produzido sobre o tema, especialmente, a produção historiográfica sobre a história ambiental local. Além disso, a produção audiovisual de histórias orais que dialogam sobre a presença da população cabocla e seus modos de vida.

Neste contexto, serão utilizados dois documentários produzidos nos anos 2000. De modo geral, os documentários serão instrumentos de acesso a relatos orais, uma vez que, não há condições necessárias, tempo e recursos, para o estudo de história oral com base na produção de novos registros, as entrevistas. Tais documentários selecionados são dois: o primeiro, produzido em 2005 por alunos do curso de Jornalismo da Universidade Comunitária de Chapecó, intitulado “Manifesto Caboclo”. E o segundo, intitulado, “Modelo: 50 anos de história”, cuja produção teve o propósito de homenagear os 50 anos de emancipação política e administrativa da cidade de Modelo, situada no oeste catarinense.

O capítulo 1, intitulado *Conceito caboclo e sua cultura no oeste catarinense* fará uma revisão historiográfica à presença da população cabocla na história regional, apontando para novos entendimentos e como os debates sociológicos e antropológicos permitiram a superação do modelo progressista, centrado nas populações imigrantes (Zarth, 2015). Nesse capítulo, serão ressaltados temas como a luta dos caboclos por suas terras, sua cultura e religião, além de definir o conceito “caboclos”. Deste modo, serão utilizados como fontes, os documentários citados como complementares da produção bibliográfica sobre o tema.

Muitos são os conceitos referentes à figura do homem brasileiro, principalmente, ao se estudar os conflitos do Contestado que originou uma série de preconceitos sobre os povos caboclos. “Matutos, tabaréus e outras denominações pejorativas aos habitantes nacionais indicavam uma mistura de preconceito racial (contra negros, mestiços e indígenas) associado ao preconceito urbano e de classe, contra camponeses em geral” (MACHADO, 2012,p.16).

Poli (1995, p. 73,74) destaca as três fases da colonização do oeste catarinense: fase de ocupação indígena, fase cabocla e fase de colonização, focada nas atividades de subsistência, voltadas para o corte da erva-mate, tropeirismo e extração de madeira. Percebe-se, que com a chegada do colonizador, os modos de vida do caboclo foram abafados. Alguns tiveram que deixar suas propriedades e outros serviram de mão de obra no desenvolvimento do “progresso” catarinense.

O capítulo 1, contemplará a autora Arlene Renk (2006) com a obra “A Luta da Erva”, tratará de forma detalhada, a vida dos caboclos nos “matos” de safra da erva e seus costumes em geral, principalmente as relações caboclas com o solo e colonização. Por fim, será utilizada a bibliografia de Delcio Marquetti (2015) “Cultura cabocla nas Fronteiras do Sul”, o que destaca a religiosidade e costumes caboclos em geral.

No capítulo 2, será descrita a vida ecológica da populações caboclas e dos imigrantes, analisando a cultura híbrida desses grupos que estabeleceram na região na primeira metade do século XX. Ainda, destacará as técnicas de cultivo e as ações no meio ambiente, apontando algumas permanências de suas práticas e o seu papel atualmente.

1. CONCEITO CABOCLO E SUA CULTURA NO OESTE CATARINENSE

1.1 “Caboclo”: revisão de uma categoria

Segundo Paulo Zarth (2015, p. 16), as novas pesquisas sobre a região da Fronteira Sul denunciam a ideia tradicional, anunciada ao longo das primeiras décadas do século XX, de que o Oeste era uma terra vazia, a espera de uma civilização. Os novos trabalhos têm rompido com velhas opiniões, e destacam visões já consensuais no mundo acadêmico, de que na chegada dos imigrantes, havia uma população indígena que historicamente habitava o território. Nesse debate, a ideia de “terras devolutas”, é profundamente criticada com base na constatação de que índios e caboclos ocupavam as terras bem antes das companhias de imigração se instalarem na região (ZARTH 2015,p. 16).

Zarth (2015, p.17) afirma que houve um movimento de valorização das ideias capitalistas, do trabalho e da colonização, resultando em uma concepção progressista que se contrapunha ao trabalho e a ocupação indígena e cabocla na região. Em termos de construção histórica e formulação das identidades locais, essa ideia de “colonização e progresso” foi hegemônica, até surgir novas discussões historiográficas de valorização ao caboclo como agente influenciador na identidade da região sul.

O termo caboclo também pode designar uma posição social, isto é, “o homem pobre da roça, seja qual for sua etnia, ou pode ser sinônimo de caipira” (MARQUETTI, 2015,p. 109). Quanto a origem desses povos, os caboclos aparecem nas incursões de portugueses e escravos no interior brasileiro a partir do século XVIII. Tais povos são “descendentes da miscigenação entre branco (especialmente portugueses) com negros escravos ou libertos e indígenas, que recebeu nome de luso-brasileiro”. (MARQUETTI 2015. P.109)

De acordo com Poli (1995), o Oeste Catarinense pode ser dividido em três fases de povoamento: a primeira delas diz respeito à ocupação indígena onde, até meados do século XIX, com exceções de algumas excursões exploratórias portuguesas, os indígenas que ocupavam o oeste eram os Kaingang. A segunda fase salienta a ocupação cabocla, ou seja, grupos oriundos da miscigenação indígena com luso-brasileiros. A terceira fase é dos colonizadores teutos e ítalos. (POLI, 1995, p. 73-74). No entender de Poli, apenas os teutos e ítalos protagonizaram a colonização do oeste. No entanto, para Nodari (2009, p. 24), essa classificação é discriminatória, e traz uma separação entre nativos e “civilizados”.

O uso do termo caboclo e sua origem, foi denominado primeiramente para o índio que ocupava as terras do interior do Brasil, em oposição ao que vivia no litoral ou para indicar um

homem do mato, tal homem que vivia daquilo que a natureza fornecia. A expressão também foi usada ao mestiço de descendência africana ou indígena. Para Machado (2012, p. 15), durante o estudo do conflito do Contestado, surgiram muitos preconceitos das populações rurais, em especial ao caboclo. “Matutos”, “tabaréus”, indicavam preconceito racial, urbano e de classe, contra negros, indígenas e mestiços. (MACHADO 2012, p. 15-16).

Na explicação de Ari dos Santos, morador do interior de Chapecó, participante do documentário “Manifesto Caboclo”, destaca que o caboclo é quem “levanta cedo, sai para o trabalho, mas sua intenção é de progredir apenas para o dia a dia, sem interesses de capital”. No entanto, o caboclo possuía formas peculiares de exercer suas tarefas, principalmente ao relacioná-lo com a ideia de progresso produzida pelos imigrantes. O caboclo não se sentia “em paz”, trabalhando como mão de obra para os fazendeiros de olhares capitalistas. Poli explica que:

[...] Na medida em que a colonização chegava o caboclo ia internando-se cada vez mais, formando o que antes definiu como “a frente da frente” de colonização, em busca de um local onde pudesse viver em paz, permanecer em sua região podia significar despejo e miséria, pelos baixos salários ou pelo pagamento inadequado pelo trabalho por eles realizado [...] (POLLI, 1987, P.98)

Algumas características diferenciam o caboclo no período da colonização, classificando-os como “pobres, possuíam entre cinco a oito alqueires de terras, viviam em casas muito simples sem assoalho “ranchinhos cobertos com folhas de bambu”. Possuíam cavalo encilhado, roupas boas, pistola e facão” (POLLI, 1987, P.98). Além disso, a visão dos caboclos é tachada “preconceituosamente”, ou seja, todo título caboclo é conceituado como “pobre que vive toscamente”. Se por acaso um “caboclo receber ou se tornar um posseiro de propriedades não será mais rotulado como caboclo, tornar-se-á português ou brasileiro” (POLLI, 1987, P.98).

Portanto, a denominação dos caboclos foi rotulada pelos alemães e italianos, os quais se intitulavam brasileiros. Os caboclos viviam como posseiros em um estilo de vida tradicional, com plantio agrícola em pequena escala e criação de animais para seu próprio consumo familiar. Contudo, com a chegada das colonizadoras, o modo de vida tradicional sofreu alterações drásticas, pois [...] esses brasileiros foram “forçados” a sair das terras que consideravam “suas”, com a chegada dos teutos e ítalos à região e através de efetivas ações governamentais, que não reconheciam o direito de posse dos caboclos[...] (NODARI 2009, p. 143).

A forma de viver do caboclo foi vista com olhares preconceituosos pelos alemães e italianos, como também pelo governo estadual, pois “não se encaixavam na ideia de povoar e gerar desenvolvimento da região, por isso foram sendo empurrados para outras áreas” (NODARI, 2009, p. 144). O caboclo, após a Guerra do Contestado, foi autenticado com uma imagem de homem “violento, fanático, pouco afeito ao trabalho e revoltado” (NODARI, 2009, p. 145). Eram essas pessoas que os migrantes imaginavam encontrar ao chegar ao Oeste, por muitas vezes, pediam seu deslocamento.

Para Nodari (2009, p. 146), a renegociação da etnicidade cabocla foi alimentada no Estado Novo pela imprensa, para neutralizar as etnias alemãs e italianas. Deste modo, celebrava a ingenuidade e pouco conhecimento do mundo caboclo, “o que antes era visto como pejorativo, agora é enaltecido”, tendo em vista a valorização e enaltecimento da cultura cabocla que deveria ser preservada na história da nação.

1.2 Intervenção colonizadora e expropriação de terras

Como já apontado, o caboclo vivia um jeito próprio e simples, sem explorar a terra e sem usar dos recursos naturais de forma desnecessária ou que fosse além da própria subsistência. Nas décadas de 1930 e 1940, no Oeste Catarinense ocorreu o processo de colonização, com a tarefa de expropriar o Oeste, colocar em emergência a identidade brasileira e transformar os caboclos em minorias para mão de obra.

De modo geral, a história da expropriação das populações caboclas está assentada nos mecanismos de acesso à terra, compreendido por essas populações. O processo de expropriação se intensificou nas matas através da expansão da colonização do oeste de Santa Catarina e a migração de colonos italianos e alemães do Rio Grande do Sul para a região. Os resultados desse processo de colonização e migração dispersaram e desestruturaram o modo de vida tradicional das comunidades, ou seja, os caboclos da região da Fronteira Sul.

Sem dúvida, o episódio mais emblemático do processo de expropriação da terra sofrido pelos caboclos, está contido no conflito resultante da Guerra do Contestado. De acordo com Machado (2012, p.119), em junho de 1822, o governo brasileiro suspendeu o Regime de Sesmarias – consistia em uso hereditário do solo e uma forma de distribuição de terras para fixação de colonos a fim de cultivarem os solos, – pois as terras possuíam titulação precária ou posses sem títulos.

Desse modo, a partir de 1850, a Lei de Terras tentou disciplinar as posses, estabelecendo que a partir dessa data só era válida a aquisição de terras por escrituras de compra. A Lei de 1850 criou prazos para regulamentação e legitimação de posses “mansas e pacíficas”,

conhecido como Registro Paroquial de Terras². E quem não cumpria a lei, era multado e as terras retornavam ao Estado.

No entanto, os caboclos que viviam em várias regiões de Santa Catarina, geralmente como posseiros, praticando agricultura de subsistência, estavam longe das informações do Estado. E julgavam desnecessária a regularização de suas posses, pois na visão cabocla, na intervenção de um usurpador, se resolvia a “bala” de modo privado ao invés de juntar uma papelada e gastar o dinheiro, que era escasso (MACHADO 2012, P. 123). Conforme entrevista oral no documentário Manifesto Caboclo (2005), Cristina de Souza, explica que “depois da chegada dos imigrantes, começaram a plantar, colonizar, medir terras e vender, se acharam dono de tudo, ficando cada um com uma parte, os índios e os caboclos foram se retirando, ficando só quem tinha poder”.

Sem o regulamento de posses, ao término do prazo previsto para legitimação de terras, as propriedades passaram a ser consideradas devolutas e destinadas à incorporação do estado. Algumas terras devolutas foram ocupadas por *Brazil Railway*³, a intenção estava em preparar o local para extração da madeira e vender tais terras à imigrantes estrangeiros. Para isso, houve um embate de forças e expulsão de muitos moradores por parte da empresa colonizadora. Segundo Machado:

[...] Para obter a posse direta desses territórios, habitados por posseiros caboclos e até por posseiros de Santa Catarina, a companhia valeu-se da força de um contingente armado, comandado pelo coronel Palhares, antigo oficial da polícia paranaense. Esse coronel adquiriu fama pelas violências praticadas na região [...] (MACHADO, 2012, p.127).

A colonização do Oeste Catarinense foi marcada por enfrentamentos de violência. “A intervenção da Companhia Territorial Sul Brasil em 1920 deixou sinais de conflitos, em destaque a “intrusão”, ou seja, a companhia considerava intruso todos aqueles que não possuíam titulação de posse da terra, independente de etnia” (FERRARI 2015, p. 82). A prática de intrusão não acontecia apenas na Companhia Territorial Sul Brasil, mas em todas as companhias que trabalharam no Oeste de Santa Catarina.

² Registro Paroquial de Terras- “nome concedido ao ambiente de legitimação de documentos, junto aos sacerdotes católicos de cada paróquia”. (MACHADO, Paulo Pinheiro. O Movimento do Contestado e a questão de terras. In: ZARTH, Paulo. **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre. Letra e Vida. Chapecó: UFFS. 2012. P. 115-132).

³ *Railway Company* (Companhia Ferroviária), constituída no ano de 1906 para administrar “um sistema de estradas de ferro na república do Brasil, juntamente a uma porção de outros negócios subsidiários, empresa administrada por Reginald Lloyd” (MACHADO, Paulo Pinheiro. **O movimento do Contestado e a questão de terras**. In. ZARTH, Paulo. **História do Campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra e vida 2012. P. 98)

A grande serraria da Lumber em Três Barras, se destacou pelo melhoramento sofisticado na atividade madeireira. Seu trabalho foi desenvolvido nas matas de araucária, como aproximação de 470m³ por dia e com 2000 trabalhadores. No entanto, a empresa Lumber foi outro agente gerador de conflitos, segundo Carvalho; Nodari (2006):

“Nas grandes fazendas adquiridas pela Lumber no então município paranaense de União da Vitória e na região de três Barras uma população numerosa de posseiros, que viviam das roças e criação de subsistência, bem como do extrativismo da erva-mate. Todo o conflito pela terra que a empresa ensejou, juntamente com a destruição dos ervais nativos pela atividade madeireira, favoreceu o acirramento da tensão social do contestado”. (CARVALHO, NODARI 2006, P. 68)

Desse modo, a característica da colonização do Oeste Catarinense, anterior à colonização, era de minifúndio agrário. Para o caboclo, a terra não era vista como produção de lucros, mas como um bem divino para viver e plantar conforme a necessidade de cada família. Os “intrusos” não dispunham dos modos capitalistas, viviam sem ambição e produziam apenas para sobrevivência. Os caboclos viviam nas terras como posseiros, por conta disso “passaram a ser vistos como intrusos com posses ilegítimas, sofrendo ameaças de despejo por parte das colonizadoras”. (FERRARI, 2015, p. 127).

Com a estabilidade das empresas de extração de madeira, os posseiros que não se retiravam das propriedades, passaram a invadir as matas de terra de muitas localidades caboclas, e quando não expulsavam os moradores, tiravam madeira sem pagar e sem permissão. Tais acontecimentos ocasionaram a expropriação das terras de muitos caboclos e moradores. As terras mais cobiçadas, estavam principalmente, nas proximidades da estrada de ferro, pois favoreciam a comercialização e lucratividade por meio da extração da madeira.

Segundo Renk (2000), além da extração da madeira, houve grande empenho no corte da erva na região Oeste Catarinense. Os procedimentos ocorriam duas vezes ao ano, nos meses de inverno e verão, e era realizado por trabalhadores contratados pelas empresas tanto em Santa Catarina como no Paraná. Para essa atividade, era necessário o deslocamento de grupos familiares às plantações de ervas (caboclos), permanecendo durante os meses de safra.

A extração da erva era uma das únicas formas de ganho. Os caboclos trabalhavam em troca de manufaturados, favores e pequenos salários para a sobrevivência. Sendo assim, os caboclos foram considerados “despossuídos, posseiros de terras que não eram suas, analfabeto, explorado” (POLLI p. 106). O trabalho dos brasileiros nos ervais foi desenvolvido tanto de modo efetivo quanto provisório:

[...] De efetivo compreende aqueles que têm a erva como a principal ocupação laborativa. Os não efetivos são aqueles extratores temporários,

seja por estarem em período de férias de outra ocupação, como o setor madeireiro, e representam um ganho adicional; ou aqueles à espera e procura de outra ocupação. Neste último caso é comum apresentar-se como provisoriamente na erva e compulsoriamente tornar-se de efetivo [...]. (RENK, 2000, p.242)

Sendo assim, os trabalhadores possuíam ligações com a floresta e exerciam as atividades para as empresas exploradoras da erva. Porém, com o crescimento das empresas houve um afastamento da floresta, forçando o deslocamento para os centros urbanos, “a firma sempre foi grande, mas estourou mesmo na década de setenta” Renk (2000). Desse modo, sucedeu-se a oportunidade de capatazes cuidarem dos peões nas safras, pois a empresa não podia mais administrar todas as tarefas. Portanto, capatazes cuidavam da administração do trabalho com remunerações maiores que os peões.

A madeira foi um dos recursos mais explorados no Oeste Catarinense, sendo que a região possuía grandes áreas florestais com grandes variedades de espécies. Com tal intuito, as colonizadoras e colonizadores se fixaram no Oeste para a retirada e comercialização. Esse processo teve seu auge em 1920, tendo como trabalhadores os colonos, caboclos, colonizadoras e tarefeiros.

Há que se destacar que a extração da madeira se dava de forma restrita, tinha como recursos o machado, o serrote e a força do homem. De forma lenta, a madeira era transportada por carroças e juntas de bois. Contudo, a madeira mais cobiçada era o pinheiro, devido suas características oportunas para o comércio. Carvalho e Nodari explicam:

“O trabalho das serrarias envolvia o corte das árvores na mata, o transporte até o engenho com ajuda de carroções puxados por bois ou cavalos e o desdobramento das toras em tábuas, ripas, pranchões e vigamentos. Enquanto isso, as carpintarias desenvolviam o papel de produzir peças de madeira como móveis e utensílios para o atendimento das necessidades locais”. (CARVALHO; NODARI 2006, P. 70)

O fato do Oeste de Santa Catarina ser isolado dos mercados internos, “a escassez de estradas e a falta de comunicação fizeram com que a região utilizasse o rio Uruguai como rota de transporte, tanto de fluxo de pessoas como da produção agrícola, ou a madeira” (FERRARI 2015, p. 51). O transporte utilizado pelo rio Uruguai foram as balsas, principalmente nos dias de cheia do rio.

[...] As empresas colonizadoras utilizaram o rio Uruguai como um meio de divulgar a região Oeste Catarinense, buscando demonstrar o potencial econômico para atrair o colono para essa região. A madeira era aproveitada de outras formas, que assegura ao colono certa comodidade econômica. As árvores extraídas de sua terra eram levadas até a serraria e serradas em tábuas, que eram utilizadas em construções, como casa, galpão, chiqueiro, pocilga, pontes, móveis, entre outros [...]. (FERRARI 2015, p. 53)

Entretanto, a retirada da erva-mate permitiu a percepção de trabalhadores agricultores, principalmente, do Rio Grande do Sul. Desse modo, iniciou-se a extração de riquezas naturais como a madeira, proporcionando a compra de terras por muitos fazendeiros. Nesse sentido, a aquisição de terras e exploração da madeira provocaram conflitos contra o posseiro, chamado de “intruso” (POLLI 1987, p.92).

Com o desenvolvimento da comercialização de riquezas naturais, houve melhoramentos na exportação, e surgiu a necessidade da construção da estrada de ferro; a ferrovia cortou a floresta Ombrófila Mista⁴, entre os rios Iguaçu e Uruguai. Os territórios dantes ocupados por indígenas, caboclos e mestiços, passou a ser referência para muitos imigrantes na expectativa de trabalho e crescimento econômico, ou seja, interesses lucrativos e estabilidade na região. A construção da ferrovia entre São Paulo e Rio Grande do Sul, “ressaltou a preocupação do governo brasileiro em ocupar as terras devolutas” (Machado 2012, p. 100), tendo como principal agente, a empresa Brasil Railway Company, responsável pelas áreas entre os rios Iguaçu e Uruguai.

1.3 Cultura Cabocla: Religiosidade e Costumes

Nota-se ainda, as peculiaridades do caboclo, suas diferentes linhagens de pensamentos, crenças, conhecimentos e valores. Renk; Rech (2017), consideram “um modo de vida, partilhando um conjunto de valores”. A cultura cabocla abrange uma série de relações sociais e recíprocas. Renk evidencia como uma mescla de valores:

[...] a religiosidade, crenças, concepção de terras, de tempo, dentre outros. Seu tempo era cíclico, orientado pelas estações do ano e liturgias, as festas que mobilizavam a população espalhada pelo sertão. O compadrio, expresso no parentesco espiritual, jogava o papel de liame de reciprocidades mútuas e múltiplas nessa sociedade. A sociabilidade era movida pelas relações de solidariedade e reciprocidade.[...] (RENK, 2017, P. 139)

Os estudos que tratam da cultura e da religiosidade cabocla apontam como práticas mais comuns: o batismo em casa, a festa do Divino Espírito Santo, a mesada dos anjos ou inocentes, as festas em homenagem a santos, principalmente a São Joao, este reconhecido como padroeiro dos caboclos, a reza do terço ou do terço cantado, as novenas, o pedido de

⁴ Ombrófila Mista “também chamada de Mata das Araucárias, essa floresta faz parte da Mata Atlântica, abrangendo principalmente os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Caracteriza-se pela presença da *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-paraná). O clima é quente e úmido, mas o inverno é geralmente frio”. (MACHADO, Paulo Pinheiro. **O movimento do Contestado e a questão de terras**. In. ZARTH, Paulo. História do Campesinato na fronteira sul. Porto Alegre: Letra e vida 2012. P. 99)

benção aos pais, avós, padrinhos e tios, as benzeduras e as devoções ao Monge João Maria, sua manifestação religiosa mais marcante e original, segundo Marquetti (2015, P. 115).

A religiosidade cabocla teve grande destaque, e suas praticas religiosas deixaram grandes marcos, denominados como “catolicismo popular⁵ ou rústico”. (Ibid. p. 118). Entre as práticas religiosas mais comuns se destaca o Batismo em Casa. Era o primeiro ritual que uma pessoa participava quando recém-nascida, essa pratica se dava a partir de água corrente, orações como Pai Nosso e Eu Creio, dirigidas pelos pais e padrinhos. Caso os padrinhos não fossem da família, eram considerados compadrios. A ocasião de ser batizado em casa era a ausência de um padre próximo, porém, quando o padre passava a criança era batizada oficialmente. Marquetti (2015, p. 118)

De acordo com Marquetti (2015), “a religiosidade manifestava-se nas formas de lidar com a morte, com as doenças e nas práticas de cura”. Enfermidades corriqueiras do cotidiano impulsionavam a busca por meio da fé e soluções para os problemas:

[...] Enfermidades simples eram tratadas com rezas, simpatias ou benzeduras; em muitos casas, com o auxilio de rosários, cruzeiros, velas, linhas ou objetos extraídos da natureza, tidos como sagrados por ter entrado em contato com o Monge João Maria. Ainda destaca o uso de sal, água e ervas. Invocava-se a presença de Deus, da Virgem Maria, dos santos, da Santíssima Trindade, e do Monge João Maria, para curar dores de cabeça, tirar o ar (do sol ou da lua) da cabeça, curar amarelão, vermes, míngua, cobreiros, “costurar rendiduras”, afastar mal-olhado, inveja ou quebrante e estancar o sangue [...] (MARQUETTI, 2015, P. 118)

Vale ressaltar que essas práticas de benzeduras e simpatias ainda se fazem presentes em muitos lugares brasileiros, principalmente no Oeste de Santa Catarina. Populações tradicionais utilizam essas formas de curar, especialmente onde o acesso à medicina é escasso, como também pela consideração de suas crenças. A prática de benzer era considerado um dom divino, por isso não deveria ser cobrado.

Já a Festa do Divino foi trazida ao Brasil pelos portugueses. Consistia em uma bandeira vermelha com uma pomba branca pintada ao centro. Sua representação referia-se ao Espírito Santo, que era conduzida de casa em casa antes da festa, onde as pessoas rezavam e faziam promessas. Na festa do Divino acontecia a Mesada dos Anjos ou Inocentes, que colocava as crianças como referência da festa, sendo servidas nas mesas antes dos adultos. No

⁵ Catolicismo Popular “é aquele em que as representações devocionais ou protetoras primam sobre as representações sacramentais e evangélicas. As relações homem/sagrado são diretas, e não mediadas pelo corpo sacerdotal da Igreja e pelas escrituras sagradas” (DIEL, 1996, p. 107).

entanto, a Festa do Divino não visava lucros. Porém, a igreja sentiu necessidade de mudar esse evento para festa em honra aos padroeiros, onde passou a cobrar alimentos com objetivo de construir capelas e salões.

Os caboclos do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná eram devotos ao monge João Maria, o qual “tratava-se de um eremita que andava pela região curando, pregando e abençoando as pessoas, vivendo do que a natureza oferecia e de doações”. Marquetti (2015, p. 119). Segundo Marquetti, o monge João Maria foi:

[...] venerado como um santo, os lugares por onde passou foram considerados sagrados. Folhas ou casacas de árvores, cinzas de fogueiras e outros objetos tocados pelo monge eram usados em simpatias e para a produção de remédios caseiros ou como amuletos de proteção. Vertentes de águas, as “fontes” ou “pocinhos” do monge tornaram-se conhecidos como medicinais, uma vez que teriam sido abençoados por ele [...] (Idem, 2015, p. 120)

Desse modo, o fenômeno de colonização trouxe grandes impactos no modo de vida e costumes caboclos. A colonização modificou diversos hábitos e trouxe culturas diferenciadas. O contato causou estranhamentos em ambos os lados, pois o sagrado, no caso do caboclo, servia como norteador na maioria das atividades do cotidiano desse povo.

Além da importância da religiosidade cabocla, vale lembrar as relações caboclas no trabalho e seus vínculos com o meio ambiente. No trabalho familiar “o pesado fica ao encargo masculino adulto, à mulher e às crianças cabe o mesmo serviço na roça, porém mais leve, ou seja, à esfera masculina corresponde as atividades pesadas e as femininas as miudezas” Renk (2006, p. 165). No caso de extensas terras, todas as atividades ficavam para as mulheres e seus maridos ou os masculinos adultos trabalhavam na extração da erva.

Com o processo de colonização e as mudanças drásticas na sociedade do Oeste catarinense, de modo geral, muitos dos costumes foram desaparecendo. Porém, é importante explicar que ainda existem empenhos referentes ao que se fazia no século XX em conformidade com a atualidade.

Segundo o documentário Manifesto Caboclo, os habitantes do Oeste de Santa Catarina, que residiam antes do processo colonizador, em sua grande maioria, foram marginalizados para os bairros mais carentes das cidades. Muitos ainda vivem em condições precárias, sendo vistos preconceituosamente como “preguiçosos e desleixados”. Segundo os depoimentos dos entrevistados do documentário Manifesto Caboclo, “restou a possibilidade

do caboclo vim pra cidade, principalmente os bairros mais pobres são ocupados por caboclos, em destaque o bairro São Pedro em Chapecó/SC, quanto mais a cidade vai crescendo há uma classe que vai sofrendo”.

Nos olhares dos caboclos e dos colonizadores, nota-se enfrentamentos similares, por um lado os embates sofridos por ambos os grupos, por outro a deixada de suas habitações para viverem em ambientes diferentes. Enfrenta-se um recomeço, envolvendo perdas e ganhos. Com as transformações do ambiente foram se perdendo memórias, vizinhanças, hábitos e organizações culturais, religiosas e de subsistência. O documentário 50 Anos de Modelo, na visão do colonizador, destaca as dificuldades enfrentadas ao iniciarem a construção de todos os espaços necessários para o dia a dia: “não havia, igreja, hospital, farmácia, transporte, tudo era um sonho promissor. Muitas necessidades básicas e poucas soluções”.

2. VIDA ECOLÓGICA DE CABOCLOS E IMIGRANTES

2.1 Atividades desenvolvidas pelos caboclos no Meio Ambiente

A região habitada por caboclos, por muitas vezes foi vista como um espaço sacralizado, ou seja, devido as suas crenças, especialmente no Monge João Maria. Contudo, houve transformações nos meios de convívio dessas populações do Oeste catarinense. A formação da paisagem sagrada “serve como contexto histórico que justifica a constituição de lugares que se tornariam monumentos materiais da religiosidade cabocla”. (LINO, 2012, p. 354)

A partir do sagrado e da fé no monge João Maria, acreditava-se que as fontes de água por onde o monge passava se tornavam divinas, capazes de fazer milagres. Foi a partir desse pressuposto que os caboclos utilizavam os recursos da natureza para seguirem suas crenças e religiosidade. Marqueti (2015, p. 120) explica a reputação dos povos seguidores do monge dizendo que “por onde ele passava foi sacralizado”.

Os posseiros caboclos possuíam poucas condições para produzir lavouras como os fazendeiros queriam. As condições de vida eram limitadas, não havia comércio para vender os produtos da roça. A erva-mate nesse período, foi um dos produtos mais cobiçados e explorados. No mais os caboclos produziam para subsistência.

[...] a roça cabocla produzindo alimentos (milho, feijão, arroz, batata, mandioca, batatinha) além dos animais necessários para sua manutenção e transporte (porco, vacas, mulas) mas sempre para o consumo próprio porque não tinha comércio nem estradas. A mula resultante do cruzamento do jumento com égua, pela sua grande resistência, era o animal preferido, quer para montaria quer para transporte de cargueiro. Em todo o oeste o caboclo raramente conseguiu se manter como proprietário, por isso formou a mão de obra assalariada das indústrias madeireiras.[...] (POLI 1995, p. 87)

O caboclo do Oeste Catarinense trabalhava nas plantações para a manutenção de seus familiares e na criação de porco, galinha e gado. Muitas vezes, apreciava as carnes de caça como divertimento e alimentação:

[...]o caboclo comia milho verde assado na brasa, batata assada....Chegava uma visita tinha que correr pegar uma galinha, e outro tinha que socar canjica ou buscar mandioca, socar arroz no pilão. A comida era quierera com carne de porco até com carne de caça. Couve nunca faltava na casa do caboclo, feijão [...] (MANIFESTO CABOCLO 2005)

A partir da segunda década do século XX, com a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande, e a consolidação do Vale do Rio do Peixe, após o conflito do Contestado, surgiram às margens da ferrovia núcleos coloniais. Deste modo, a intenção dessas

comercializações estendia-se para a comunidade local e aos mercados de grandes cidades do país:

[...] muitos animais passaram a ter destino os nascentes núcleos coloniais surgidos às margens da ferrovia. O escoamento da produção para a região visava tanto o consumo local, sendo comercializado em açougues e empresas produtoras de banha e derivados de carne suína e bovina, quanto à comercialização destinada ao mercado das grandes cidades do Sul e Sudeste do país. (BRANDT, 2012, P. 105)

No entanto, os registros que se tem sobre as comunidades kaingangs e caboclos no século XIX, são limitados ao pouco uso ou exploração dos recursos naturais por esses povos. Porém, a partir da introdução dos europeus no oeste catarinense surge a ideia de progresso e expansão do comércio. Um dos meios comerciais foi o transporte de gado pelos caminhos de tropas, essa atividade “deu origem a diversas fazendas de pouso e criação que aproveitavam dos imensos campos naturais abertos em meio a floresta” (BRANDT, 2012).

Com o crescimento das atividades pastoris e grandes criações de gado, as florestas eram vistas como obstáculos, pois impossibilitavam o crescimento de pastagens para o gado. Através destas dificuldades na criação do gado, foi contemplada a extração de erva-mate, a qual não atraía apenas moradores do Oeste mas também famílias da Argentina e Paraguai.

Segundo Machado (2004, p. 48), os novos moradores vindos do Paraguai e Argentina eram conhecidos genericamente como caboclos. Para o autor, esses caboclos eram mestiços, pobres e negros. O autor ainda destaca que os caboclos sendo homens pobres, dedicavam-se à agricultura, criação ou extrativismo, vivendo de forma independente nas fazendas pastoris, posseiros, agregados ou peões.

Com a instalação dos caboclos nas terras, “poderiam viver do extrativismo da erva-mate, da criação de animais à solta, compartilhando espaços em comum com vizinhos, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência” (BRANDT; NODARI, 2011). De acordo com Renk (1997. P, 96), a roça era seguida “uma prática costumeira dividindo as terras em terras de plantar e terras de criar”.

As terras de criar abrangiam a floresta e pequenas áreas de campos. Nestas, a criação de animais “à solta” era uma prática recorrente, com os animais, no caso, o gado bovino e suíno de diferentes proprietários compartilhando os mesmos espaços. Enquanto o bovino era criado em áreas abertas, o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias. Por necessitar de pouco manejo, bastava soltá-los na floresta onde engordavam alimentando-se de frutas, pequenos animais e principalmente de pinhão. Animais cuja criação era voltada tanto ao consumo quanto ao comércio local em vilas e cidades próximas (BRANDT, 2015).

A criação de animais soltos possibilitava percursos em terras de diferentes criadores, pois não havia limitações de cercas. Isso persistiu até a colonização. As vastas áreas de floresta e pequenas quantidades de moradores facilitavam esse modo de criação sem a preocupação com a alimentação dos animais. Isso porque, a quantidade de florestas e frutos naturais cumpriam o papel de preparação para engorda até o abate para consumo ou comércio.

Antes da colonização, as vastas extensões de terras e a pouca densidade demográfica, tornavam os espaços pouco reconhecidos de habitações, percebidos por meio de estreitos carreiros, pequenas casas, roças e capoeiras. A mata garantia diversas atividades para os caboclos, além da criação “à solta”, era um lugar de extrativismo e caça. Na floresta “obtinham carne, couros, como o de veado, cipós para extrair corantes para lãs, ervas medicinais e principalmente a erva-mate” (MARCIO; BRANDT; MORETTO, 2017, P. 188).

Colonos e caboclos tinham diferentes visões do mundo. Renk (1997) explica que os primeiros conflitos entre colonos e caboclos surgiram devido ao costume de criação “à solta”:

Os conflitos se originariam por duas razões. A primeira, pela desvalorização no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava a companhia o fim dessa prática. A segunda razão, seria a utilização das terras com agricultura rotativa. (RENK, 1997, p. 120)

As roças caboclas eram consideradas primitivas, atrasadas e praticadas com pouca produtividade. Os locais preferidos de plantio eram longe das suas casas e próximo dos percursos de águas. Quando o plantio era longe de casa, era visto como irracional ou mal pensado, pois demandava tempo até a chegada das áreas de plantio. Ou seja, tal tempo considerado perdido e prática atrasada.

O primeiro contato com a natureza para o plantio consistia na derrubada da floresta ou capoeira. Após secar o roçado, ocorria a queima e plantio nas cinzas, ocasionando a fertilidade dos produtos. Renk (1997) explica que os produtos colhidos eram armazenados em paióis, feitos de esteira de taquara no próprio local de plantio. Conforme o produto era usado para consumo, buscava-se nas terras. Segundo a autora, os produtos como milho, feijão, abóbora e batata-doce eram transportados com cestos de taquara, com uma alça presa na cabeça ou por cargueiro de luar.

Com passar dos anos, os hábitos de vida dos caboclos mudaram, as companhias apresentaram opções de comprar ou retirada dos terrenos. A maioria escolheu a retirada, e os

que resistiram, foram forçados a sair. Podem-se observar, os brasileiros narrando tais fatos, que acompanham dramas, pausas, suspenses, numa verdadeira mimese do ocorrido:

“não sobrou mais lugar pro caboclo, restou a possibilidade de vim pra cidade, por exemplo, se olhar em Chapecó, os bairros mais pobres tem como maioria residentes caboclos [...] quanto mais a cidade vai crescendo existe uma classe que vai sofrendo, foram vasculhados em terrenos desconhecidos pra iniciar uma vida em grande miséria”. (MANIFESTO CABOCLO, 2005)

O Oeste de Santa Catarina foi marcado por conflitos étnicos na luta pela terra. A memória da vida cabocla foi esquecida para sobreviver na contra-história de uma região. “Lembram alguns que o passado deveria ser esquecido, e são esses que trazem consigo a história e as marcas da posse e da exclusão. O fato é que justamente esta memória e essa história tão subalterna brasileira que movem a razão e o sentimento de caboclos que por um motivo ou outro costumavam ficar calados” (MANIFESTO CABOCLO, 2005).

O passado era pleno de alegria, fraternidade, união, respeito, “educação” e autoridade dos velhos, sem espaço para intriga e competição. Na ordem rompida, insere-se a tristeza, o “rolar mundo” e a “doença dos nervos”. Esta é sempre explicitada como decorrente da crise, da “situação estragada” e da “ganância do pessoal”, aqui tomado genericamente: brasileiros e italianos. (RENK, 2006, p. 145)

Segundo os autores citados e pesquisas desenvolvidas sobre a colonização no Oeste Catarinense, nota-se um período de esquecimento da etnicidade cabocla na região. Por um lado, o enaltecimento dos costumes em geral dos imigrantes italianos e alemães. De outro, a identidade cabocla marginalizada com enormes preconceitos, principalmente, pelo seu modo de vida. Porém, atualmente, essa cultura foi enaltecida como fundamental para formação da população regional.

Com o enaltecimento do caboclo e o aumento de pesquisas em diversos ramos bibliográficos, o próprio caboclo sentiu sua influência na sociedade. Por esse motivo, a partir dos anos 2000, alguns grupos caboclos reuniram-se afim de fazer renascer seus costumes e relembrar fatos marcados em suas memórias.

“Começamos se reunir e organizar uma associação de caboclo, retomando os puxirões antigos, trabalho em grupo e afirmação cultura. A associação identifica o uso pratico das identidades e busca desse jeito tornar nova a velha história cabocla [...] a cultura do caboclo é a cultura da terra, se a terra da fartura o caboclo é rico, se não há terra o caboclo de perde a terra abundante e pouca gente de então, é o oposto da muita gente pouca terra de hoje. Se o passado era pleno de alegrias hoje reflete um sistema distante do mundo caboclo” (MANIFESTO CABOCLO, 2005)

Diante desse debate, pode-se perceber as diferenças entre os grupos destacados. De um lado a dominação de poder, e de outro as classes “despreocupadas” aos olhos preconceituosos, sendo pressionadas e exploradas. Portanto, um povo que ainda sofre, mas que não deixa de lutar e ter orgulho de sua individualidade.

2.2 Visão Imigrante e a Ideia de Progresso

Pode-se notar, que as atividades de plantio do caboclo danificavam o solo pelas queimadas e derrubadas de florestas nativas. porém, quando comparadas ao processo de produção em larga escala dos imigrantes, as alterações nas paisagens se tornaram muito mais ofensivas. Considerando que os povos italianos e alemães “desbravaram um lugar desconhecido, enfrentaram matos fechados, correntezas e muitos obstáculos” para formarem suas vilas, essas condições eram vulneráveis quanto à acessos necessários básicas como os hospitais, entre outros.

Segundo o documentário “Modelo 50 anos de História”, a adaptação do imigrantes foi muito difícil. Um dos maiores obstáculos foi a falta de recursos médicos, com isso as plantas medicinais, utilizadas desde os nativos brasileiros, foi um meio de cura para as populações, como também as crenças e a fé nas forças divinas.

No Oeste de Santa Catarina as instalações dos colonizadores enfrentavam obstáculos, “não existia nada, tudo tinha que ser feito, hospital, farmácia, mercado, igreja, escola, transporte, tudo era um sonho promissor” (MODELO 50 ANOS DE HISTÓRIA). Quanto ao meio de trabalho econômico, pode-se destacar a agricultura e criação de animais. Para exercer tais atividades, era necessário que as florestas fossem derrubadas para delimitar os lotes a serem vendidos. Nesse período, as empresas colonizadoras tinham o papel de “limpeza das áreas ou matas” que caracterizava a derrubada da floresta para demarcar fazendas.

A “limpeza das matas” era realizada das mais variadas maneiras, o mais comum era utilizarem machados nas árvores mais finas, enquanto nas mais grossas, fazia-se anéis que propiciavam a secagem e o apodrecimento da árvore. Muitas vezes todos os membros da família se envolviam para acelerar a vinda dos resultados da agropecuária. Pela dificuldade do transporte muitas famílias deixavam apodrecer as toras no local. (MARCIO; BRANDT; MORETTO, 2017, P. 188).

Contudo, a percepção do potencial da madeira araucária trouxe a valorização dos terrenos com essas espécies, pois os lucros obtidos eram significativos através da venda das

árvores. Com isso, foram instaladas serrarias e madeireiras, como também vias para transportá-las, visando aumento de lucros nessas atividades.

Por outro lado, além da extração da araucária e da erva-mate, pode-se citar a instalação de frigoríficos, incrementando a safra de porcos:

A criação de animais no sistema de safra inicialmente consistia numa atividade de entressafra da erva-mate. Com o declínio da economia ervateira, depois da queda de 1931, passou a ser a principal atividade[...]. A safra consistia na derrubada do mato, queima da área e plantio de milho e abóbora. Após o amadurecimento desse plantio, os animais eram soltos e “criavam por si”[...] Após alguns meses os animais eram “tropeados” para o mercado consumidor. (RENK, 2006, p. 122)

Neste contexto, a partir das atividades extrativistas e a criação de animais, na visão de lucratividade econômica, surge a ideia do progresso brasileiro no sistema de colonização e expropriação das terras. Não há como pensar no progresso e na expropriação, sem lembrar das populações caboclas, as mais atingidas e deserdadas do oeste catarinense. As populações de posseiros brasileiros passaram por um processo de “limpeza”, foram empurradas para os lotes acidentados, onde o colonizador não podia aproveitar e não gerava rentabilidade para progredir.

A “Limpeza” das melhores áreas, isto é, daquelas mais estratégicas para a venda, criou a escassez de terra para a fração posseira e impediu o confinamento dessa população, quando passou a ocupar as terras não concorridas momento. Estas, de modo geral, eram extremamente acidentadas, as “terras que as companhias nem ligava”, na avaliação dos italianos. [...] a “limpeza” obedeceu uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, isto quanto a localização e a proximidade de recursos; em segundo, aquelas não muito acidentadas e com madeiras; terceiro, as mais acidentadas, isto é, aquelas que extremamente eram qualificadas com terras “enguiçadas”. O “enguiço”, nesse caso, por estarem ocupadas pelos intrusos. (RENK, 2006, p. 128)

Enquanto os caboclos saíam das terras destinadas a revenda e iam para os terrenos acidentados, os colonizadores faziam as limpezas e abriam espaços para novos moradores.

“A simplicidade dos caboclos custou caro, quando os colonizadores chegaram por volta de 1920 com as escrituras nas mãos, as melhores terras foram simplesmente ocupadas. Os caboclos não tinham certidão de nascimento, casamento, alistamento militar; então não podiam ser donos das terras, quem não registra não é dono”. (MANIFESTO CABOCLO 2005)

Com o processo de expropriação, visava-se um território moderno e evoluído, caracterizado com desenvolvimento e progresso. É a partir daí que as agroindústrias aceleraram a produção, instalando-se em diversos municípios. A agroindústria era alimentada

pela agropecuária da região, por isso, determinou as formas de cultivo a serem seguidas, “introduziu novas sementes e espécies animais, assim como iniciou um grande impacto ambiental” (MARCIO; BRANDT; MORETTO, 2017, P. 203)

A utilização dos recursos hídricos foi vista como um impacto ambiental de grande escala. Mesmo que fundamental para o desenvolvimento regional, foi o responsável pela poluição em larga escala do solo e da água. No caso de Chapecó, por exemplo, a bacia do Lajeado São José, responsável pelo abastecimento de água na cidade, se encontra em estado crítico e irremediável, devido à degradação.

Com o processo de ocupação das margens do Lajeado São José tanto por parte da agroindústria quanto também por conta do avanço de loteamentos na região do bairro Efapi, ao sudoeste da sede municipal, desde principalmente a última década do século passado o abastecimento de água para Chapecó é assunto de debate. Essa área continua se usada intensamente para agricultura e pecuária, como criação de suínos, bovinos e aves. (MARCIO; BRANDT; MORETTO, 2017, P. 203)

É evidente que a despreocupação com meio ambiente acarretou uma série de problemas subsequentes, devido ao excesso de poluição. No caso de Chapecó SC, em 1983, uma grande enchente afetou fortemente a região central do município. “na década de 1990, era comum que os bairros que rodeiam a região central, cortados por riachos, ficassem ilhados. O acúmulo de lixo junto aos córregos facilitava as cheias em tempos de chuvas” (MARCIO; BRANDT; MORETTO, 2017, P. 203).

Mas, os fenômenos ambientais continuaram impactando. Em 2008, 2014 e 2015, algumas regiões da cidade de Chapecó/SC ficam alagadas. Outro processo causador de impactos elevados é o caso das usinas hidrelétricas, construídas na visão de desenvolvimento nacional e internacional. Porém, “protagonizam um complexo processo de reestruturação social e ambiental que, para a sociedade local é motivo de muitas críticas. Nesse sentido, Chapecó completa um centenário de criação com projetos que repensam as ações e buscam redimensionar os impactos ambientais efetivados ao longo de um século” (MARCIO; BRANDT; MORETTO, 2017, P. 203).

Entretanto, para os entrevistados, colonos/imigrante de Modelo SC, pode-se perceber em sua trajetória muitas dificuldades. Hoje, não sentem saudades do passado, tudo ficou melhor a cada dia, “com a modernidade tudo se tornou acessível e fácil de conquistar”. (MODELO 50 ANOS DE HISTÓRIA)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente trabalho, ressaltou-se a longa disputa entre imigrantes e caboclos no processo de colonização do Oeste Catarinense. O trabalho dividiu-se em dois capítulos, sendo que no desenvolvimento do primeiro, foi necessário abordar uma contextualização histórica, principalmente sobre os caboclos. Neste sentido, destacou-se a longa trajetória dessas populações, facilitando o entendimento sobre as identidades do Oeste Catarinense.

O período em foco tratou de um extremo sistema de mudanças, sequenciadas por conflitos, disputas de poder, diferenças socioeconômicas, étnicas e culturais. Pôde-se notar, de um lado um grupo de caboclos acomodados, vivendo para subsistência, por ser um modo próprio e particular. No entanto, do outro lado, o sistema de progresso, acúmulo de lucros, transformações drásticas, com intenções de modernizar e evoluir o que consideravam estar parado para mercado.

A pesquisa deu-se por meio de um debate bibliográfico, através de fontes escritas, orais e documentais, que auxiliaram nesse processo. Ao longo da dissertação, pode-se perceber a importância de conhecer como foi formada a sociedade do Oeste de Santa Catarina, como também, a identidade do povo caboclo. Este que, por muito tempo foi esquecido e rejeitado, mas que agora, toma posição enaltecida, com reconhecimentos importantíssimos de raça peculiar do Oeste.

Contudo, é possível concluir que o Oeste Catarinense passou por grandes conflitos ocupacionais, e que atualmente, sofre impactos ambientais advindos de grandes construções econômicas lucrativas. Tais construções contribuíram para o progresso, mas causaram debates sobre as poluições e transformações no ecossistema da região. Quanto ao meio ambiente, percebe-se o desmatamento irremediável, os embates hídricos que alteram o ecossistema ambiental, como também, as poluições industriais e agroindustriais.

Ao perceber os dois grupos em questão, contempla-se uma população fortemente atingida com a expropriação de suas terras. O caboclo lamenta suas perdas, suas mudanças forçadas no seu modo de vida, sua marginalização. Porém, prossegue em união e enaltecimento próprio de seu modo de ser. Já o imigrante colonizador, encara a atualidade com satisfação, devido à grande conquista e prosperidade.

Por meio deste trabalho, pôde-se compreender o conhecimento e entendimento da colonização do Oeste Catarinense a partir de 1960 a 2018, enfatizando as relações humanas com o meio ambiente. Identificou-se ainda, a resposta da natureza, quanto à ação humana, na alteração das paisagens naturais.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

- BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2012.
- CARVALHO, Miguel M. X, NODARI, Eunice Sueli. **As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de Araucária no médio vale do Iguaçu (1884-1920)**. Cadernos do CEOM, Chapecó SC, 2000.
- DIEL, Paulo Fernando. A reforma católica e o catolicismo popular Caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958). **Revista Cultura Teológica**, n. 15, 1996.
- FERRARI, Luiz Fernando. **A intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.
- KORNIS, Mônica Almeida. **História e Cinema: um debate metodológico**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. O Movimento do Contestado e a questão de terras. In: ZARTH, Paulo. **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra e Vida. Chapecó: UFFS. 2012. p. 115-132.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MARQUETTI e SILVA, Cultura cabocla nas Fronteiras do Sul. In: **História da Fronteira Sul**. Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini e Paulo A. Zarth- Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.
- MARCIO; BRANDT; MORETTO. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó SC, 1995.
- RADIN, José, VALENTINI, Delmir José, ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 1997.

RENK, Arlene. Uns Trabalham e Outros Lutam: Brasileiros e a luta da erva. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. Ano 6, n. 14, p. 239-258, novembro 2000.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: ZARTH, Paulo; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Letra e Vida, 2015.

Documentários:

MANIFESTO Caboclo. Direção de João Lucas e Odani Perin. Chapecó: Vídeo Lab, 2005.

P&B. Documentário (19:44 min).

Modelo Santa Catarina 50 Anos de História. Modelo: AC Produtora de Vídeos. 2004.

Documentário (19:00)